

O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA

The effect of university policies on the image of university museums: the case of the UFBA's museums¹

Roberta Smania Marques*
Rejâne Maria Lira da Silva**

Resumo: Os museus são importantes meios de troca e de divulgação da cultura e do conhecimento humano, porém, os museus universitários possuem particularidades que os diferenciam dos demais. Este trabalho pretende caracterizar e situar o que pode definir um museu universitário, identificando que aspectos deste universo particular os diferem dos outros museus. O papel destes museus para a comunidade universitária e para a sociedade também constitui um controverso ponto discutido. Através do histórico e da realidade dos museus da Universidade Federal da Bahia pretendemos mostrar nosso argumento de que as controvérsias em relação ao papel e aos problemas enfrentados pelos museus universitários são reflexos das políticas universitárias. Defendemos que os museus universitários possuem muitas missões e atribuições particulares, frutos das atividades museais e, portanto, não podem ser tratados de forma igualitária a outros órgãos institucionais. Assim, é importante que as universidades reflitam sobre o que esperam dos museus que estão sob a sua guarda e implementem políticas específicas que viabilizem o seu exercício.

Palavras-chave: Museus Universitários. Políticas universitárias. Universidade Federal da Bahia.

Abstract: Museums are important means of exchange and dissemination of culture and human knowledge, however, university museums have special features that differentiate them from others. This work aims to characterize and situate that can define a university museum, identifying which aspects of this particular universe differ from the other museums. The role of museums to university community and to society is also a controversial point discussed. Through the history and reality of museums of Universidade Federal da Bahia we want to show our argument that controversies regarding the role and the problems faced by museums university policies are reflections of the university. We support the University museums have many special missions and assignments, fruits of museum activities, and therefore can't be treated equal to other institutional bodies. Thus, it is important that universities reflect on what they expect of museums that are under their custody and implement specific policies that facilitate its exercise.

Keywords: University Museums. University policies. Universidade Federal da Bahia.

¹ Gostaríamos de agradecer a FAPESB pelo financiamento da pesquisa e aos cinco professores da Universidade Federal da Bahia que se dispuseram a colaborar com a coleta de dados deste trabalho.

* Mestre em Ensino, Filosofia e História da Ciência; Universidade Estadual da Paraíba.

** Doutora em ciências; Universidade Federal da Bahia

1 Introdução

Segundo Fernández (2001) a concepção e a atuação dos museus começaram a mudar nas primeiras décadas do século XX, quando o mundo passava por transformações decorrentes dos reflexos da Revolução Industrial em meados do século XIX. Com o surgimento da diversidade dos museus, começaram as classificações e tipologias de museus.

As primeiras tentativas de convencionar a definição de museu surgiram a partir de 1946 e foram se modificando ao longo do tempo. A atualização mais recente publicada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 2007, define museu como “instituição sem fins lucrativos, permanente a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio ambiente, para fins de educação, estudo e lazer” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2007). Os museus e as coleções universitárias possuem particularidades que os diferenciam dos demais. Em reconhecimento a tais especificidades, em 2001 o ICOM criou o comitê internacional *University Museums and Collections* ([2011?]) específico para estes espaços. Dentro desta discussão, este trabalho pretende caracterizar e situar o que pode definir um museu universitário, identificando que aspectos deste universo particular os diferem dos outros museus. Outro ponto relevante que será discutido é o papel destes museus. Para ilustrar essas discussões apresentaremos o histórico e a realidade dos museus da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com dados coletados em 2007. Nossas hipóteses iniciais eram de que: 1) os principais problemas levantados pela literatura são reflexos das políticas universitárias e da falta de normatizações; 2) as controvérsias sobre os papéis dos museus universitários na universidade e na sociedade é um somatório dos reflexos dessas políticas com as concepções dos dirigentes destes museus.

O recorte dos espaços selecionados para a análise teve como base o tema do acervo/exposição, limitando a nossa investigação nos espaços que divulgam conhecimento científico e que se auto-intitulassem como museus. Para realizar a pesquisa utilizamos a metodologia qualitativa com transcrições de gravações em áudio de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os representantes dos museus escolhidos, que nos permitiu recolher grande quantidade de informações institucionais e opiniões pessoais dos mesmos. Além das entrevistas foram feitas observações dos espaços por meio de visitas direcionadas e análise de documentos.

Almejamos com este artigo somar às escassas pesquisas sobre museus universitários brasileiros, contribuindo com dados e reflexões deste fértil campo da Museologia.

2 Os museus universitários

O banco de dados internacional da *University Museums and Collections* (UMAC) registra atualmente 2.584 museus e coleções universitárias distribuídas da seguinte forma entre os continentes: África (11), América Central (77), América do Sul (192), América do Norte (212), Ásia (277), Oceania (326) e Europa (1.489).

Em novembro de 2004 foi criado o Sistema Brasileiro de Museus (SBM) com a finalidade de facilitar o diálogo entre museus e instituições afins e, assim, promover a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. O Cadastro Nacional de Museus (CNM), criado pelo SBM em março de 2006, mapeou até janeiro do corrente ano 2.968 museus distribuídos em 1.160 dos 5.564 municípios brasileiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, c2009-2011).

Com base no critério de que um museu universitário é aquele que está parcial ou totalmente sob a responsabilidade de uma universidade (gestão, salvaguarda do acervo, recursos humanos e espaço físico), Almeida em 2001 identificou 129 Museus Universitários no Brasil. Entre os registros da *University Museums and Collection* ([2011?]) o Brasil detém a salvaguarda de 72,4% (n = 139) dos museus da América do Sul. Em março de 2011, realizamos três buscas simples no CNM com as palavras-chave “faculdade”, “universidade” e “universitário” nas quais foram somados 270 registros. Após as análises destes dados identificamos 162 museus universitários distribuídos em 79 municípios, sendo que 47,5% estão em capitais. Estes museus, em sua maioria, são instituições federais (83), seguidas das estaduais (47), privadas (30) e municipais (2).

É importante ressaltar que ainda existem diversos museus brasileiros não cadastrados no CNM. Por exemplo, a pesquisa de Almeida (2001) identificou 35 museus pertencentes à Universidade de São Paulo (USP), porém em nossa pesquisa no CNM encontramos apenas 17. Além disso, existem cadastros incompletos, com apenas o nome do museu, o que provavelmente prejudicou nossa investigação.

Quase todos os museus identificados (154 = 95%) estão abertos ao público², cinco estão fechados, um está em implantação e dois são virtuais. Não há diferença significativa (Qui-quadrado = 0) na distribuição dos museus universitários por região em relação à distribuição geral dos museus (figura 1)³.

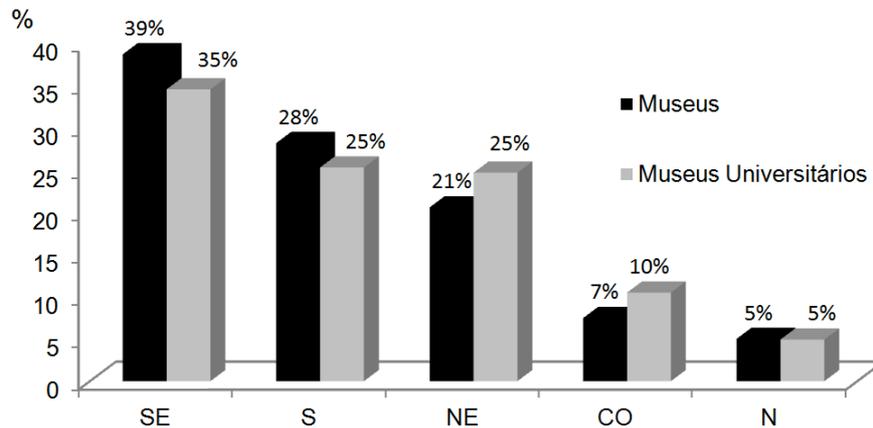


Figura 1 - Porcentagem de distribuição dos museus brasileiros por região de acordo com dados do CNM

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Museus (c2009-2011)

A tipologia do acervo destes museus é classificada pelo CNM em oito diferentes categorias (Figura 2). No entanto, a composição dos acervos não é necessariamente formada por apenas uma tipologia, sendo que 56,8% informaram duas ou mais tipologias associadas.

² Encontramos 22 museus sem informação sobre a situação de funcionamento, porém, nas estatísticas do CNM os espaços sem este tipo de informação são contabilizados como abertos ao público. Portanto, mantivemos essa forma de classificação.

³ Esta distribuição regional é semelhante à encontrada nos dados do UMAC de 2011 (Sudeste 54%; Sul 20%; Nordeste 19%; Centro Oeste 5%; e Norte 1%).

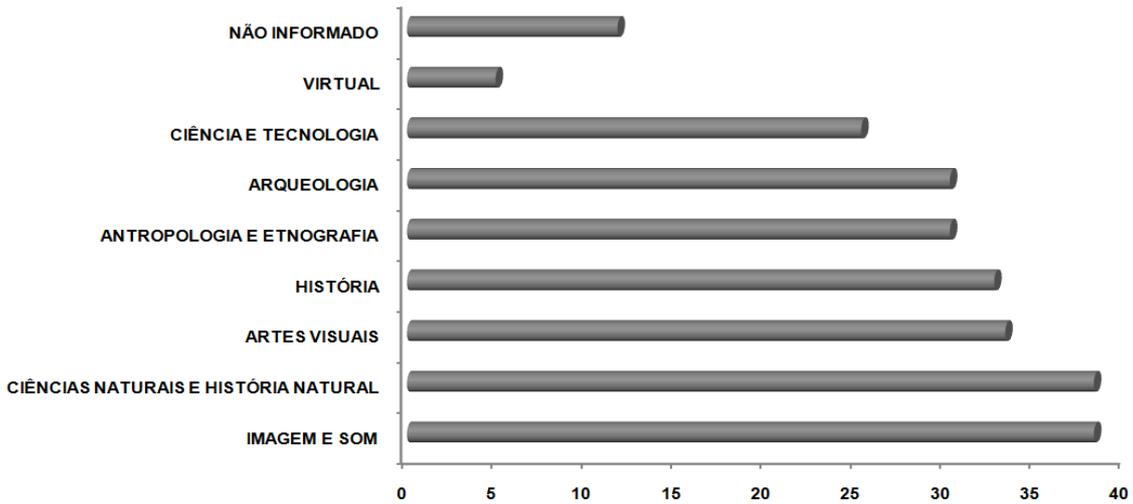


Figura 2 - Tipologia do acervo dos Museus Universitários de acordo com dados do CNM.

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Museus (©2009-2011)

Almeida (2001) afirma que a formação do museu universitário pode ocorrer de diversas maneiras: aquisição, por doação ou compra, de objetos ou coleções de particulares; transferência de um museu já formado para a responsabilidade da universidade; coleta e pesquisa de campo; ou a combinação destes processos. As instituições cadastradas no CNM evidenciam uma grande diversidade de formas, conteúdos, missões, estruturas organizacionais e administrativas. Essa heterogeneidade torna difícil o delineamento do perfil dos museus universitários brasileiros.

Um importante ponto a ser esclarecido é a diferença entre Museus Universitários e Coleções Universitárias. Consideramos Museu Universitário aquela unidade vinculada à universidade que contempla todas as características definidas pelo International Council of Museums (2007). Já a Coleção Universitária seria uma unidade com ações mais restritas, que embora adquira, conserve e pesquise não se preocupa em divulgar e/ou expor o patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio ambiente ou o faz de forma parcial. Normalmente é limitada a consulta de pesquisadores e não tem fins de lazer. Aquelas coleções que são mantidas para fins de estudos dos estudantes universitários são denominadas Coleções Didáticas.

Martins (1988), então membro do Museu de Zoologia da USP, ressalta que nem sempre são museus as instituições que conservam coleções zoológicas, produzem pesquisa científica com fundamento neste acervo, formam e/ou preparam pessoal especializado e veiculam cultura à população. Para o autor, no Brasil, entre essas instituições com diversas naturezas, estão os núcleos de pesquisa zoológica. A

maioria destes núcleos está estabelecida em departamentos nas universidades, cujas coleções não podem ser rotuladas como museus. Uma importante diferença está na gestão destes espaços. Os museus, geralmente, são representados por um diretor e as coleções por um representante do departamento. A agilidade na tomada de decisões é afetada pelos entraves e burocracias: o diretor reporta-se diretamente ao reitor enquanto entre o departamento e a reitoria existem conselhos, chefias, congregações e pró-reitorias.

É natural esperarmos que os museus universitários, por estarem vinculados às universidades, tenham objetivos comuns a elas. A criação de museus universitários pode contribuir com o processo de dispersão da ciência, cultura e tecnologia através de ações e exposições. Apesar de vantajoso para a comunidade local, nem sempre a comunidade universitária se empenha na criação de programas que atendam a demanda do público extramuros da universidade. Queremos deixar claro que a responsabilidade para manutenção destes espaços é muito grande. A gestão de um museu universitário traz muitos desafios para os seus dirigentes, tais como o acúmulo da função didática às funções de pesquisa, curadoria e gestão das atividades.

Almeida (2001) considera que idealmente um museu universitário deve além de realizar todas as funções de um museu definidas pelo ICOM, cumprir com outros papéis, tais como: abrigar/formar coleções significativas para o desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão; enfatizar o desenvolvimento de pesquisas a partir do acervo; manter disciplinas que valorizem as coleções e as pesquisas sobre as coleções; propor programas de extensão como cursos, exposições, atividades culturais e atividades educativas baseados na pesquisa e no acervo; manter programas voltados para diferentes públicos (especializado, universitário, escolar, espontâneo, etc.) levando em consideração a disponibilidade de coleções semelhantes na região.

A discussão acerca do papel que devem exercer os museus universitários é antiga. Lourenço (2006) afirma que nem sempre foi assim: a indefinição começou em meados do século XX. Almeida (2001) cita que no início do século XIX, nos Estados Unidos, as funções básicas destes museus eram o ensino e pesquisa universitária. Em 1938 foi inserido na discussão o argumento de que o papel dos museus das universidades públicas deveriam ser atividades e exposições extramuros, serviços de identificação de espécimes, visitas para grupos escolares, cursos de extensão e de formação de profissionais de museus, além da pesquisa e do ensino. Este discurso foi imediatamente rebatido em 1939 com o argumento de que os museus universitários

deveriam servir essencialmente à comunidade universitária. Essa controvérsia persiste até os dias de hoje em diversas publicações na literatura (THOMÉ, 1988; MARTINS, 1988; SCHEINER, 1992; ALMEIDA, 2001; SANTOS, 2005, 2006).

No Brasil também houve um movimento semelhante no final da década de 1980. Thomé, em um congresso de zoologia, afirmou que os museus universitários deveriam ter “seus objetivos centrados em coleções didáticas, de manipulação e representativas da fauna e flora universal, destinando-se ao amparo do ensino e a cultura de sua clientela” (THOMÉ, 1988, p. 630). Outras discussões nacionais apontaram para uma concepção mais cívica destes espaços. Scheiner (1992) afirmou que os dirigentes destes espaços “devem ter consciência de que Museus são um Serviço Público - e portanto devem dirigir-se permanentemente ao público e não a si mesmos”. Ainda dentro desta perspectiva ela argumenta que seria um importante papel destes espaços a transposição do conhecimento acadêmico para o público, divulgando o resultado de suas pesquisas e ajudando o público a conhecer e aprender os métodos da ciência, as técnicas e processos de investigação e pesquisa. Este papel seria uma forma de cooperar com o desenvolvimento do país. Mais recentemente, Ribeiro e Pôssas (2006) reforçaram esta linha de pensamento atribuindo aos museus a responsabilidade social, ressaltando seu papel na interface universidade e sociedade, para que funcionem como disseminadores da cultura, ciência e tecnologia do país.

Santos (2006) propõem novas ações para estes espaços e afirma que a atuação de um museu universitário deve ser parte de uma política universitária sistêmica e estruturante, resultando de um processo de planejamento estratégico, envolvendo o coletivo dos museus. Ela ressalta ainda que a construção dessa política só será possível se for considerada como uma proposta coletiva, buscando torná-la mais profunda, mais abrangente, mais plural, a partir de encontros e trocas entre os dirigentes responsáveis. Estes encontros devem ser incorporados ao cotidiano destes museus, departamentos, salas de aula dos segmentos responsáveis pela gestão universitária e, sobretudo, da disponibilidade em abri-los para outros segmentos da sociedade, buscando novas alternativas a partir de outros olhares e saberes.

A autora destaca ainda a necessidade de atribuir ao planejamento dos museus universitários a dimensão social e educativa. Este planejamento não seria apenas uma técnica com o objetivo de melhorar a ação dos museus, e sim, um processo educativo de ação e reflexão, a ser alcançado com a participação de todos que estão envolvidos com a sua missão. Ela lembra que a idade de ouro destes

espaços ainda não aconteceu, nem do ponto de vista interno de gestão e infraestrutura para o seu funcionamento, nem em relação ao processo de interação com a sociedade.

Para que os museus universitários atendam às expectativas da comunidade universitária e/ou da comunidade local é importante que as universidades definam claramente o papel dos museus que estão sob a sua ingerência e que estabeleça uma política específica de museus, com normatizações para a criação de espaços deste tipo dentro da Universidade.

3 Reflexos da política administrativa da UFBA nos seus museus universitários

A Universidade Federal da Bahia foi fundada em 8 de abril de 1946, através do Decreto-Lei 9.155/1946 (BRASIL, 1946). É reconhecida atualmente como a mais importante instituição de ensino superior do estado pela sua vasta área de ensino, pesquisa e extensão. Na década de 1990, o então Reitor Felipe Serpa (1993-1998) promoveu uma série de ações nos museus da UFBA. De acordo com as entrevistas realizadas com professores da universidade nesta pesquisa, Serpa tinha uma concepção de museu universitário como centro de difusão e interlocução dos conhecimentos produzidos nos departamentos, colegiados e grupos de pesquisa da UFBA para as comunidades de Salvador. Além disso, ele dizia que a UFBA deveria assumir a vocação de quando surgiu, privilegiando as artes e humanidade.

Em 2006, quando a UFBA completou 60 anos, Santos (2006) afirmou que as ampliações da atuação do curso de Museologia junto à sociedade propiciavam um momento de novas propostas de ação para os museus. Um exemplo foi o envolvimento em ações do projeto-piloto de formação e capacitação em Museologia, Eixo 3 da Política Nacional de Museus (PNM), acolhendo-o como projeto permanente de extensão com o apoio do Ministério da Cultura (MinC) e do DEMU (Departamento de Museus e Centros Culturais) (SANTOS, 2005). Outro importante passo foi o início da elaboração do projeto de Mestrado em Museologia, formulado também no contexto do Projeto-Piloto da PNM, que estimulou a criação de núcleos de pesquisa e reflexões sobre o curso da graduação. Neste mesmo ano, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (Governo Federal do Brasil) foi lançado um guia dos Museus da UFBA, que consiste em três livretos ilustrados que contam um pouco da história, acervo e projetos museológicos desenvolvidos pelos museus de Arte Sacra, Afro-Brasileiro e de Arqueologia e Etnologia. Na introdução de cada um dos livretos, o então Reitor, Naomar Monteiro de Almeida Filho (2002–2006 e 2006–2010), expressa

sua opinião acerca da importância dos museus universitários e especificamente dos Museus da UFBA.

As instituições de conhecimento, arte, cultura que merecem o nome de 'universidade' portam alguns símbolos da sua identidade. Não se concebe uma verdadeira universidade sem bibliotecas sistêmicas e abrangentes, sem instâncias produtoras de artes (como, por exemplo, grupos de dança e teatro, orquestras e corais) e, em especial, sem museus. Todas as grandes universidades, no mundo inteiro, notabilizam-se pela qualidade e riqueza dos seus museus ou coleções icônicas e documentais. A Universidade Federal da Bahia tem consolidado e ampliado sua rede de museus. Ao Museu de Arte Sacra, obra inspiradora do nosso Reitor Fundador, em parceria permanente com a Arquidiocese de Salvador, agregou-se o Museu de Arqueologia e Etnologia, iniciativa do Reitor Macedo Costa. Por sua significância, a coleção de arte e cultura afro-brasileira do CEAO, torna-se o Museu Afro-Brasileiro de fato. Novas possibilidades se abrem, unificando outras coleções e memoriais, e em breve enriquecerão este elenco: O Museu de História Natural, a Estação Ciência, o Memorial da Saúde Brasileira e o Memorial Edgard Santos. Esperamos que os cidadãos e cidadãs, além de pesquisadores e estudiosos, que nos dão a honra de visitar nossos museus, neles encontrem, preservados, valorizados e promovidos, traços e elementos estruturantes da nossa identidade como povo, como nação e como cultura. Naomar Monteiro de Almeida Filho, Reitor da UFBA (ETCHEVARNE, 2006, p. 3).

Apesar das promessas em 2006, até a presente data ainda não foram instituídos o Museu de História Natural, a Estação Ciência, o Memorial da Saúde Brasileira nem o Memorial Edgard Santos. Dentre os três museus que a UFBA reconhece como Órgãos Complementares (Museu de Arte Sacra – MAS, Museu Afrobrasileiro – MAFRO e Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE) o primeiro a ser instituído foi o MAS, em 1957, quando o então Reitor Edgar Santos (1946–1961) promoveu um convênio entre a UFBA e a Arquidiocese de Salvador. O Museu de Arte Sacra não constituiu objeto desta pesquisa uma vez que sua temática não apresenta divulgação de conhecimentos científicos, porém, não podemos deixar de ressaltar aqui a sua importância enquanto Museu Universitário, visto que constitui um dos mais importantes museus da América Latina do gênero (LIMA; SANTOS, 2006b). O MAFRO foi o segundo a ser instituído, em 7 de janeiro de 1982. No ano seguinte instituiu-se o MAE, completando a tríade de museus universitários institucionalizados pela UFBA.

Nesta investigação analisamos a situação de quatro museus da UFBA: MAFRO, MAE, Museu de Anatomia Comparada (MAC) e Museu de Zoologia (MZ), selecionados de acordo com critérios já mencionados. Em nossa pesquisa no CNM identificamos seis museus vinculados à UFBA, sendo que destes, apenas três são reconhecidos oficialmente pela mesma (MAE, MAFRO e MAS). A constatação de que na UFBA existem pelo menos cinco espaços que se auto-intitulam museus não

vinculados como órgãos da instituição é um exemplo da falta de normatização para a fundação, reconhecimento e vinculação de museus na universidade.

Atualmente o MAFRO e o MAE têm entrada e bilheteria unificadas e oferecem atividades de monitoria a grupos escolares e visitantes esporádicos. Desde a fundação ambos museus funcionam no prédio da primeira Escola de Medicina do Brasil localizada na Praça XV de Novembro, nº 17, Terreiro de Jesus, Centro Histórico da cidade de Salvador, Bahia. O prédio, que pertence a Faculdade de Medicina da UFBA, corresponde a uma parte do que foi o Real Colégio dos Jesuítas (séc. XVII) tendo servido, posteriormente à expulsão dos Jesuítas em 1779, como hospital militar. Foi demolido em grande parte para a edificação da sede da Faculdade de Medicina da Bahia, primeira Escola de Ensino Superior de Medicina do Brasil (1808), que funcionou até a década de 1960. Foram as plantas desenhadas no século XVIII pelo engenheiro português José A. Caldas que permitiram que o pesquisador em arqueologia da UFBA, Valentín Caldeirón, realizasse prospecções que resultaram na descoberta das estruturas soterradas pelas construções da Escola de Medicina, transformando os vestígios seiscentistas em um sítio arqueológico colonial (ETCHEVARNE, 2006).

No Museu Afro-Brasileiro o entrevistado foi o Coordenador (Professor 05), então Assistente do Departamento de Museologia, Bacharel em Museologia e doutor em área afim ao museu. De acordo com o Professor 05 foi em 1959 que o Professor Agostinho Silva criou o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) que funcionava como um canal de diálogo entre a universidade e a comunidade afro-brasileira e entre o Brasil e os países africanos e asiáticos. Hoje o CEAO é um Órgão Complementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA, ao qual o Museu Afro-Brasileiro (MAFRO) está subordinado.

O MAFRO surgiu a partir de um Programa de Cooperação cultural entre o Brasil e países da África, através de convênio firmado entre os Ministérios das Relações Exteriores e da Educação e Cultura, o governo da Bahia, a prefeitura da cidade de Salvador e a UFBA, com a finalidade de desenvolvimento de estudos voltados para a temática afro-brasileira. Foi criado em 1974 e inaugurado em 7 de janeiro de 1982. O projeto da concepção, elaborado por Pierre Verger, era muito ambicioso e não foi possível ser executado na sua totalidade por diversos motivos, entre eles o espaço físico e as limitações do acervo disponível. A ideia inicial era uma exposição sobre todo o universo africano, independente de ter tido ou não relação com o Brasil. A proposta inicial de Verger era mostrar para o público o contraponto entre

Brasil e África em três módulos: “o fazer” (tecnologia e cultura material), “o crer” (religiosidade) e “a memória”.

Apesar das dificuldades, foi possível realizar os três módulos pensados inicialmente. De acordo com Lima e Santos (2006a) o acervo do MAFRO conta com cerca de 800 peças, entre elas as que foram frutos de pesquisa nas décadas de 70 e 80 no continente africano e peças brasileiras correlatas às da África, especialmente de origem religiosa, adquiridas em mercados específicos de cultura afro ou doadas pela comunidade afro-baiana e por representantes das casas religiosas da Região Metropolitana de Salvador e agremiações culturais. Em geral, as peças representam a cultura material africana, expressando desde a cultura cotidiana, as estruturas de poder, o sistema de crenças até a produção do conhecimento. O diretor afirma que este é um museu dentre poucos no país a tratar exclusivamente das culturas africanas e de sua presença na cultura brasileira. Desde a abertura ao público funciona como um espaço de referência para ações de afirmação identitária.

No MAE o entrevistado foi o Diretor (Professor 04), então professor Adjunto do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Bacharel em Ciências Sociais doutor em área afim ao museu. O Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) nasceu em 1983 com a doação de coleções resultantes das pesquisas arqueológicas da UFBA. Juridicamente, foi constituído como Órgão Suplementar da UFBA doze anos depois, em 1995 (MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, [2005?]) e hoje é órgão complementar da FFCH da UFBA. Possui cerca de 700m², distribuídos em seis galerias construídas de blocos de rocha arenítica e tijolos com abóbadas em aresta, com arcos que se abrem para um pequeno pátio com cisterna, mostrando a construção de duas épocas distintas. A parte interna da edificação refere-se à construção do Colégio dos Jesuítas e a parte externa são reforços construídos para auxiliar a sustentação do prédio da antiga Faculdade de Medicina (MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, [2005?]; ETCHEVARNE, 2006). É bastante interessante o fato do museu que expõe peças arqueológicas do período pré-colonial, que chegam a ter até 7.500 anos, estar situado dentro de um sítio arqueológico colonial. Seu acervo é constituído de doações de colecionadores particulares e fruto das pesquisas realizadas pelos professores da UFBA ligados ao Museu. É o resultado de estudos sobre sociedades pretéritas (incluindo sociedades indígenas), contemporâneas e coloniais brasileiras. As exposições, em geral, refletem o passado pré-colonial e colonial, com a presença lusitana e de outros elementos culturais europeus; a formação da nação brasileira e as populações indígenas

pretéritas e contemporâneas no país e no estado da Bahia. O objetivo central é retratar a diversidade de organização social, cultural e características étnicas e raciais dos povos antecessores e atuais no território brasileiro, para através da compreensão e do reconhecimento das semelhanças e diferenças da diversidade entre grupos humanos, despertar a consciência do visitante da mistura dos povos e culturas que constituem a nação brasileira (ETCHEVARNE, 2006).

O Museu de Anatomia Comparada (MAC) fica na Escola de Medicina Veterinária (MEV) da UFBA, na Avenida Adhemar de Barros, nº 500, Campus de Ondina, na cidade de Salvador, Bahia. A entrevista foi realizada com a Diretora, professora titular do Departamento de Anatomia da Escola de Medicina Veterinária (Professora 03), com graduação em Medicina Veterinária e doutorado em área afim ao museu. Os passos iniciais para a criação do MAC ocorreram no início de 1998, a partir da iniciativa da Professora 03, que se motivou a montar peças para a exibição na Escola de Medicina Veterinária, após regressar do mestrado e doutorado na USP, onde participou da construção inicial do Museu de Anatomia Comparada. As primeiras peças anatômicas foram abrigadas em uma sala da MEV, cedida pelo então Diretor Ricardo Castelo Branco Albinati. O museu foi instituído oficialmente em 7 de janeiro de 2002, em reunião plenária da MEV, com sede no mesmo local e aberto a visitação pública. Inicialmente a ideia era contribuir com a melhoria do ensino da graduação, porém aos poucos foi chamando a atenção das escolas de ensino fundamental e médio. A parte externa do museu possui uma decoração especial com modelos animais e a exposição permanente encontra-se em uma sala de aproximadamente 50m², situada em um anexo junto da MEV. O MAC dispõe de um acervo de anatomia animal com cerca de 300 peças preparadas com diversas técnicas de conservação (maceração, taxidermia, corrosão, diafanização, entre outras). As peças estão expostas em conjuntos de acordo com a técnica e classificação zoológica: coleção de ovos e bicos de aves; animais taxidermizados em nichos ambientados – a maioria relativa à fauna brasileira; animais formolizados – serpentes e órgãos animais; e esqueletos – articulados ou desarticulados, pertencentes a diversas classes animais como eqüinos, bovinos, serpentes, roedores, aves, além da coleção de crânios. Estes animais são provenientes de doações de empresas particulares e do Jardim Zoológico de Salvador. O museu só pode ser visitado com agendamento prévio. Além das exposições permanentes e temporárias, realizam exposições itinerantes quando solicitado, a depender a disponibilidade da equipe. Apesar de reconhecer que a pesquisa seja importante, a Professora 03 afirma que o museu se caracteriza por ser uma instituição dedicada exclusivamente à exposição com atividades de educação e

lazer. Sendo assim, julgamos que o MAC se enquadra melhor na definição de Coleção Didática, prestando importante papel de divulgação do conhecimento zoológico.

O Museu de Zoologia (MZ) está localizado no segundo andar do Instituto de Biologia (IB) da UFBA, vinculado ao Departamento de Zoologia, na Avenida Barão de Geremoabo, nº 147, Campus Universitário de Ondina, na cidade de Salvador, Bahia. Dois dos três então curadores foram entrevistados. Ambos atuavam como professores adjuntos do Departamento de Zoologia, desempenhando funções de docência, pesquisa e curadoria. Os curadores Professor 01 e Professor 02 são Bacharéis e Licenciados em Ciências Biológicas, doutores na área de Zoologia. Ao longo de 30 anos de pesquisa realizadas por professores do Departamento de Zoologia, foram coletados muitos espécimes animais, predominantemente regionais. Inicialmente estes espécimes eram depositados nos próprios laboratórios dos pesquisadores e/ou na sala de Coleções Zoológicas. Esta sala ficava onde hoje é o espaço denominado Museu de Zoologia e foi implantada, sem data precisa, na gestão da professora Tânia Kobler Brazil, através de financiamento do Projeto “Coleções Científicas” pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Professor 01 afirma que o MZ atualmente se constitui em virtude da Portaria 01/2004 emitida pela direção do IB/UFBA. As salas de coleções são de acesso restrito aos curadores, assistentes de curadoria e ao técnico. O espaço físico, com cerca de 150m², é dividido em duas salas de triagem, sala de curadoria, sala de coleções secas, sala de coleções úmidas e o hall de entrada. Para assegurar condições necessárias de conservação e manutenção do acervo as instalações são climatizadas, a sala de coleções secas possui desumidificador; as alas de triagem são azulejadas com pias de aço inox e existe controle de incidência de luz sobre o acervo. Esta estrutura física deu-se principalmente através da conquista de projetos dos professores do departamento. O museu não apresenta exposições permanentes ou temporárias, porém constatamos em março de 2011 que existe um projeto para a confecção de exposições permanentes. O Professor 01 afirma que o espaço do museu não se limita aos 150m², pois muitos laboratórios dos professores ligados ao Departamento de Zoologia constituem expansões do museu. O Professor 02 diz que embora não existam exposições as atividades educativas são realizadas de forma independente pelos professores do Departamento. Ele relatou que geralmente os grupos escolares solicitam aos professores especialistas e não ao museu diretamente.

Martins (1988) afirma que no exterior raramente os museus de zoologia pertencem a Universidades, já no Brasil, a pesquisa zoológica é predominantemente

vinculada aos departamentos das universidades. De acordo com as características observadas e relatadas pelos dirigentes podemos afirmar que o Museu de Zoologia da UFBA se enquadra nesta situação e dentro da classificação de Coleções Universitárias. As principais colaborações destes espaços são relativas à formação de recursos humanos e salvaguarda da diversidade biológica, principalmente a nível regional.

Foi encaminhada no dia 30 de outubro de 2003 a proposta do Museu de História Natural como Órgão Complementar do Instituto de Biologia que seria a união do Museu de Zoologia da UFBA com o Herbário Alexandre Leal Costa (Departamento de Botânica) e o Museu de Anatomia Comparada da Escola de Medicina Veterinária. Este museu seria locado em um prédio específico, com espaço e profissionais que atenderiam a todos os critérios básicos de um museu. Em 2007 ainda faltava a aprovação do CONSUNI para o seu funcionamento e até a presente data o museu não foi instituído.

Os históricos apresentados nos revelam diferentes motivações e políticas para a criação dos museus universitários da UFBA. Provavelmente, este não é um reflexo exclusivo desta universidade. Em 2007, quando foi realizada a pesquisa, os museus eram Órgãos Suplementares ou Complementares dentro da estrutura administrativa da UFBA. Atualmente, após a publicação do Regimento Geral de 2010, a estrutura da Universidade é composta por Órgãos Superiores de Deliberação, de Administração Central, de Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão, de Controle e de Fiscalização e Supervisão. Entre os Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão, estão os Órgãos Complementares, vinculados às Unidades Universitárias. Em 2008 foi publicada pelo Conselho Universitário a resolução 02/2008 que dispõe sobre o processo de criação de Órgãos Complementares e dá outras providências. O artigo 13 desta resolução definiu que os órgãos na época designados como suplementares seriam reexaminados, à luz desta Resolução e com isso, muitos órgãos suplementares passaram a ser órgãos complementares, entre eles os museus universitários.

A resolução 02/2008 da UFBA resolve que os Órgãos Complementares não terão lotação própria de pessoal docente, técnico e administrativo, nem lhe serão destinados cargos comissionados e funções gratificadas. Além disso, a resolução resolve que os recursos anteriormente destinados aos órgãos suplementares sejam redirecionados para a matriz orçamentária da Unidade Universitária na qual está vinculado o órgão complementar. Assim, a fonte de renda para a manutenção das

atividades do Órgão Complementar será de recursos provenientes de receitas extra-orçamentárias por ele arrecadadas, geradas por atividades pertinentes ao Órgão e, excepcionalmente, por receitas orçamentárias da Unidade Universitária a que estiver vinculado, conforme deliberação da Congregação.

No início desta sessão apresentamos o positivo discurso do então dirigente da universidade em relação aos museus que estão sobre a sua salvaguarda. No entanto, o mesmo dirigente assina o regimento e a resolução supracitados que restringem ainda mais a autonomia destes espaços. Parecem-nos, portanto, discursos um pouco contraditórios, pois as novas diretrizes tomadas tendem a reforçar alguns problemas que já refletem na imagem dos museus da universidade. Não podemos inferir que tais medidas não tenham sido benéficas para a instituição de uma forma geral, porém seria importante que a instituição refletisse de forma mais profunda sobre a realidade enfrentada pelos seus museus antes de tomar impactantes decisões que os incluem. Defendemos que os museus universitários possuem muitas missões e atribuições particulares, frutos das atividades museais e, portanto, não podem ser tratados de forma igualitária a outros órgãos institucionais.

Os dados e argumentos expostos por Lourenço (2006) sobre os museus universitários da Europa apresentam uma discussão que corrobora fortemente com o nosso argumento. A autora afirma que, apesar da notória importância das coleções com diferentes tipos acervos (humano, artes e humanidades, ciências da vida, exatas, engenharia, matemática e musicologia), elas são pouco conhecidas do público e despertam pouco interesse das autoridades nacionais, européias e das próprias universidades em que estão sob a salvaguarda. A hipótese levantada para o descaso é a multiplicidade de problemas teóricos e práticos enfrentados por estes espaços, frutos de 450 anos de história de fundação e descaso, agravados pela alta rotatividade de responsáveis pelas coleções (reitores, curadores, professores, pesquisadores, entre outros) e usuários (alunos, pesquisadores, professores, etc.). Em outras palavras, o *modus operandi* das universidades interferem fortemente no *modus operandi* dos museus que estão sob a sua salvaguarda e isso traz diversas consequências e complicações.

Para fortalecer o nosso argumento, relataremos os principais problemas apresentados pelos museus da UFBA e apontaremos como estes podem ser potencializados pela política universitária.

Almeida (2001) e Lourenço (2006) ressaltam problemas comuns encontrados em museus universitários nacionais e estrangeiros. Dentre as dificuldades descritas e

outras citadas na literatura acreditamos que as mais críticas são: 1) dificuldades financeiras; 2) falta de autonomia; 3) tensões nas relações com departamentos (entre professores, estudantes e funcionários) e com as comunidades universitária e local; 4) pressão dos departamentos para a utilização do espaço; 5) abandono das coleções; 6) falta de espaço para armazenamento e para a exposição; 7) falta de profissionais especializados em atividades museológicas; 8) chefia exercida por pessoas sem formação na área museológica; 9) acúmulo de função por parte dos dirigentes.

Os museus investigados nesta pesquisa não fogem a regra destes problemas. A falta de espaço adequado para o armazenamento da reserva técnica no Museu Afro-Brasileiro; falta de espaço para a exposição no Museu de Anatomia Comparada e no de Zoologia; verba reduzida e a escassez de profissionais especializados no quadro de funcionários dos quatro museus pesquisados; tensões na ligação entre os departamentos afins que exercem influências positivas e negativas; pressão do departamento da FAMED/UFBA para a ocupação dos espaços dos MAFRO e do MAE; chefia exercida por pessoas sem formação na área museológica, com exceção do MAFRO; acúmulo de função pelos cinco entrevistados são algumas características de destaque.

As definições da resolução 02/2008 da UFBA limitam ainda mais estes museus na medida em que não lhes permite uma política específica, diferenciada dos demais órgãos da instituição. Os museus universitários deveriam contar com lotação própria de pessoal docente, técnico e administrativo para executar as diversas atividades museais; é necessário que estes espaços recebam um orçamento mínimo para a manutenção do espaço e a salvaguarda do acervo. Para mostrar as dificuldades que estes museus já enfrentam traremos os relatos dos seus dirigentes somados com as nossas observações.

O coordenador do MAFRO já em 2007 afirmava que a organização interna do museu (Figura 3) carecia de melhor infra-estrutura, como uma secretaria, por exemplo. Desde sua implantação nunca teve o corpo técnico necessário devido às consequências de ser um componente do CEAO. Na época não existia um profissional específico para o setor de conservação e a reserva técnica era mantida em uma pequena sala, sem as condições ideais, pois além da falta deste profissional, a segurança era insuficiente. Ele gostaria de ter mais estudantes envolvidos com o Museu, no entanto, a sobrecarga de tarefas, o pequeno espaço das instalações administrativas e o déficit de funcionários não permitiam que ele acompanhasse muitos trabalhos simultaneamente.

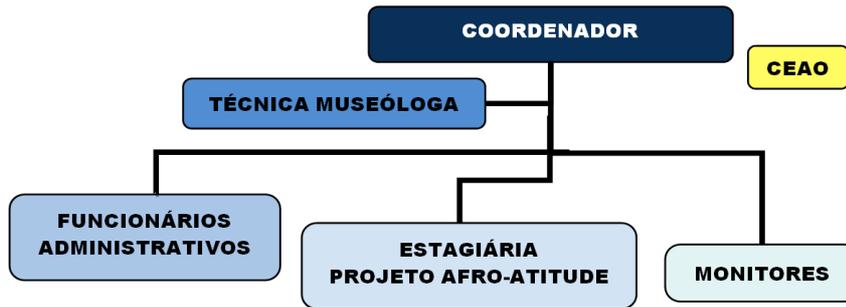


Figura 3 - Organograma administrativo do Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal Bahia
Fonte: As autoras (2011).

Apesar de ter uma boa estrutura organizacional (Figura 4) o Professor 04 enfatizou que tem sérias dificuldades com a conservação e restauração do acervo, pois um dos principais problemas para a gestão do MAE é a falta de qualificação e empenho de alguns funcionários. O Professor 04 acumula muitas funções: professor, pesquisador e gestor do museu. Ele faz desde projetos para a captação de recursos até a fiscalização da limpeza do banheiro; consulta do estoque de papel higiênico, verifica se existem lâmpadas queimadas, se o porteiro veio, se o monitor foi atender quem chegou, monta as exposições, escreve o empenho para as compras e gerencia as verbas do museu.

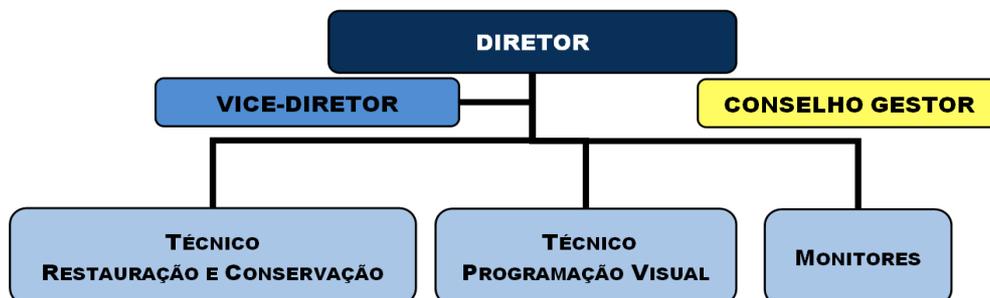


Figura 4 - Organograma administrativo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal Bahia
Fonte: As autoras (2011).

Apesar de fazer parte da Escola de Veterinária, a Professora 03 afirma que o museu foi construído com seu próprio recurso e a ajuda de voluntários, que participaram temporariamente das atividades do museu. A estrutura organizacional se parece com as anteriormente citadas (Figura 5). Falta mão de obra especializada, principalmente para a construção e conservação das peças. O taxidermista é um profissional autônomo, não vinculado à UFBA pago pela própria Professora 03.

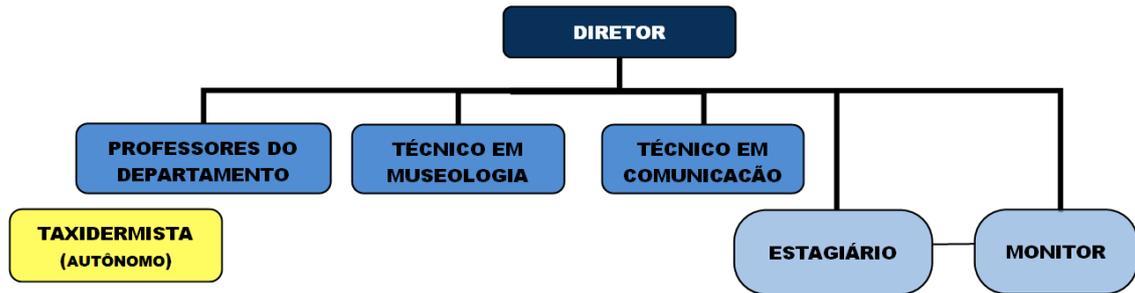


Figura 5 - Organograma do Museu de Anatomia Comparada da Universidade Federal da Bahia
 Fonte: As autoras (2011).

A estrutura organizacional do MZ é diferente das apresentadas anteriormente. O Professor 01 afirmou que um dos motivos pelos quais ainda não haviam montado exposições temporárias era a falta de profissionais capacitados. O museu conta com professores do Departamento de Zoologia para cuidar das coleções, divididos nas funções de curadores seniores e assistentes (Figura 6). O cargo de curador sênior é uma nomenclatura fictícia criada para diferenciar as responsabilidades. Os três curadores seniores contam com a colaboração dos curadores assistentes para a organização, identificação e manutenção das coleções. Para cada coleção são designados dois assistentes de curadoria, que são estudantes (graduação ou pós-graduação) ou profissionais graduados vinculados aos laboratórios destes curadores. Além dos professores do Departamento existem os pesquisadores colaboradores, que pertencem a outras universidades do estado e os pesquisadores correspondentes, que são de outros Estados do Brasil ou de outros países. Existe um técnico sem formação específica, orientado pelos curadores seniores e assistentes, que realiza funções de secretário e de manutenção das coleções. Seu principal papel é zelar pelo acervo do museu e é o responsável pelo empréstimo de material biológico, de consumo e permanente, controlando sistematicamente tudo o que sai e entra no museu.

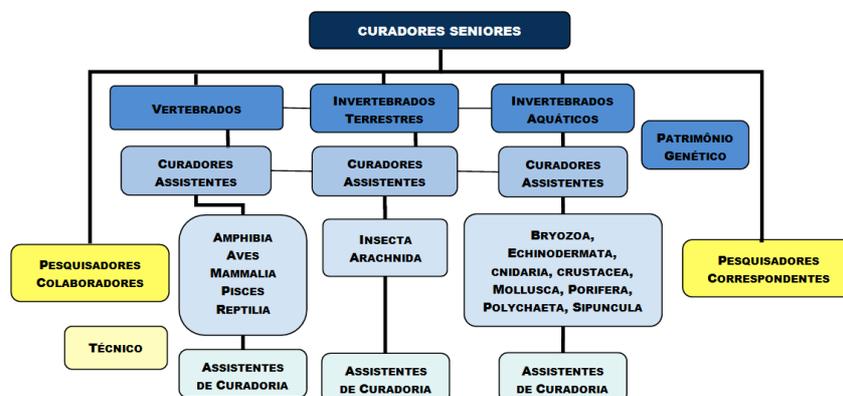


Figura 6 - Organograma do Museu de Zoologia da Universidade Federal da Bahia
 Fonte: As autoras (2011).

A construção dos organogramas nos permitiu verificar que a presença de profissionais de outras áreas, como especialistas em museologia, comunicação e educação, integrando a equipe do museu não é comum nos museus da UFBA. No entanto, este problema não é exclusivo dos espaços investigados. Scheiner (1992) aponta que este problema dos museus universitários brasileiros dificulta a renovação de métodos de concepção, apresentação, interpretação e comunicação, nos quais, geralmente, as exposições são realizadas com linguagens acadêmicas e técnicas, de forma pouco compreendida pelo público.

Diante das colocações dos dirigentes e das observações em campo podemos afirmar que as novas resoluções da UFBA podem potencializar os antigos problemas apresentados pelos museus, tais como: dificuldade financeira, falta de autonomia, tensões de relação com os departamentos e unidades universitárias nas quais estarão vinculados e a falta de profissionais especializados dedicados às atividades museais. Esta discussão embasa nosso argumento da necessidade de criação de políticas específicas para os museus universitários.

4 Concepções dos dirigentes: imagens que refletem nos museus

Diversas são as atividades de interpretação e uso realizadas por um museu com seu acervo, podendo variar de exposições visuais ou interativas, organização de cursos, palestras, seminários, oficinas, entre outras. No entanto, de acordo com os critérios do ICOM que definem museu, todas as atividades realizadas pela instituição devem estar fortemente identificadas com as expectativas da comunidade, demonstrando que o museu é uma organização a serviço do público. Relatamos a controvérsia existente sobre o papel dos museus universitários, na qual uns defendem que ele deve atender exclusivamente ao público universitário, enquanto outros acreditam que ele deva exercer o papel cívico de atender a toda sociedade.

Independente de definições pré-estabelecidas, os dados coletados nos museus da UFBA nos permitem afirmar que o exercício destes papéis está intimamente relacionado com a visão dos seus dirigentes. Por exemplo, os curadores do Museu de Zoologia possuem a visão de que o museu deve ter como foco único ou principal a pesquisa, e não o público. O reflexo disso está na ausência de exposições permanentes, temporárias ou itinerantes, fato que o caracteriza como Coleção Universitária. Vale salientar que esta visão não é tão particular se a compararmos com a literatura. Entre as constatações de Scheiner (1992) em relação a quem se destinam os museus universitários está uma maioria que admite o público “como um mal

necessário”; outros que só podem ser visitados com agendamento prévio, como no caso do MAC (pela insuficiência de recursos humanos disponíveis); e alguns que se dedicam apenas ao público universitário - situação atual do MZ.

As características de Coleção Didática do MAC estão intimamente relacionadas com a concepção de museu apresentada pela sua diretora. Ela defende que, apesar do espaço ser pequeno, o fato de atender a sociedade e estar constantemente presente na mídia lhes garante o status de museu. Para ela não é relevante que as exposições do museu sejam resultados ou objetos de pesquisas sistemáticas do departamento, mas sim que cumpram o papel de divulgação do conhecimento da zoologia através de exposições sobre a anatomia comparada.

Os dirigentes do MAE e do MAFRO apresentaram visões mais parecidas com as definidas pelo ICOM, principalmente em relação ao papel dos museus. Eles afirmaram que os museus universitários devem atender ao público de dentro e de fora dos muros da universidade. O dirigente do MAFRO chega a afirmar que o público é a “peça” mais importante do museu e sem ele o museu não teria sentido. As ações implementadas/executadas nestes museus pelos Professores 04 e 05 revelam a tentativa do cumprimento social, mesmo com todas as dificuldades apresentadas.

Assim, mostramos que todas as atividades desenvolvidas nos museus universitários analisados refletem diretamente a imagem dos seus dirigentes, no que diz respeito à concepção e papel dos museus.

5 Considerações finais

O estudo dos museus da UFBA nos revelou alguns aspectos-chave em relação aos museus universitários. Estes espaços possuem prioritariamente funções didáticas, salvaguarda, conservação, pesquisa e divulgação, portanto, existe uma tensão entre direcionar suas atividades para a comunidade acadêmica ou para sociedade. Essa bifurcação é acentuada quando não se definem políticas específicas para estes espaços que sofrem com a falta de verbas, materiais, espaço e lotação própria de recursos humanos, fazendo-os exercer um papel secundário nas universidades. Os depoimentos dos dirigentes, juntamente com nossas observações, deixam claro que, as imagens dos museus impregnados de problemas também relatados na literatura para museus de outros continentes são reflexos das políticas universitárias. É fundamental, portanto, que as universidades definam o papel que os museus que estão sob sua guarda devem exercer e assim implementar uma política interna que viabilize este exercício. Seria importante ainda que as universidades

implementassem comissões interdisciplinares para acompanhar o desenvolvimento das atividades destes espaços. É importante que a universidade conheça e avalie todos os espaços que se auto-intitulam museus a luz de uma normatização para a instituição dos mesmos dentro da universidade. Esta medida garantirá uma melhoria dos espaços e um maior controle da universidade sobre as informações que são atreladas a ela. Os espaços devidamente reconhecidos devem ser registrados no CNM contribuindo para a ampliação da rede que salvaguarda o patrimônio cultural material e imaterial brasileiro ■

Referências

ALMEIDA, Adriana Mortara. *Museus e coleções universitários: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?* 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRASIL. Decreto-Lei 9.155, 8 abr. 1946. Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 abr. 1946. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9155.htm>. Acesso em: 12 mar. 2011.

ETCHEVARNE, C. (Org.). *Catálogo dos Museus da UFBA: Museu de Arqueologia e Etnologia*. Salvador: Ministério das Relações Exteriores [do Brasil], 2006. 40 p.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. *Museologia y museografía*. 2. ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2001. 384 p.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *ICOM statutes: approved in Vienna (Austria) August 24, 2007*. Paris, 2007. Disponível em: <<http://icom.museum/statutes.html#top>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Cadastro Nacional de Museus: conheça os museus brasileiros: estatísticas*. Brasília, DF, c2009-2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/cnm_estatistica.htm>. Acesso em: 23 mar. 2011.

LIMA, C. D. C.; SANTOS, M. J. M. (Org.). *Catálogo dos museus da UFBA: Museu Afro-Brasileiro*. Salvador: Ministério das Relações Exteriores [do Brasil], 2006a. 36 p.

LIMA, C. D. C.; SANTOS, M. J. M. (Org.). *Catálogo dos museus da UFBA: Museu de Arte Sacra*. Salvador: Ministério das Relações Exteriores [do Brasil], 2006b. 40 p.

LOURENÇO, M. C. Nota breve sobre os museus e coleções das universidades europeias. *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, Portugal, n. 19, p.13-18, mar. 2006.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. *Museu de Arqueologia e Etnologia: Universidade Federal da Bahia*. [Salvador: UFBA, 2005?].

MARTINS, Ubirajara R. Museus universitários. *Revista Brasileira de Zoologia* [online], v. 5, n. 4, p. 623-627, 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbzool/v5n4/v5n4a13.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

RIBEIRO, Maria das Graças; PÔSSAS, Helga Cristina Gonçalves. *Rede de Museus e Espaços de Ciência e Tecnologia da UFMG*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão da UFMG. 2006. 57 p.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. A Implantação de uma política museológica participativa: o olhar da coordenação do Projeto-Bahia. In: SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura (Org.). *Programa de formação e capacitação em museologia: projeto Bahia: relatório 2003–2005*. Salvador: IPHAN, 2005. p. 133-141.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Museus universitários brasileiros: novas perspectivas. ENCONTRO DO FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS, 4., 2006, Belo Horizonte. *Museus Universitários: ciência, cultura e promoção social*. São Paulo: ICOM-BR, 2006. Disponível em: <http://www.icom.org.br/Texto_Museus_Universit%C3%83%C2%A1rios_Maria_C%C3%83%C2%A9lia_%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2011.

SCHEINER, Tereza Cristina. Museu universitário: educação e comunicação. *Ciências em Museus*, Belém, v. 4, p. 15-19, 1992.

THOMÉ, José Willibaldo. Os museus estaduais. *Revista Brasileira de Zoologia* [online], v. 5, n. 4, p. 629-631, 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbzool/v5n4/v5n4a14.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

UNIVERSITY MUSEUMS AND COLLECTIONS. UMAC: University Museums and Collections. [Strasbourg, 2011?]. Disponível em: <<http://publicus.culture.hu-berlin.de/umac/pdf/UMACFlyerPortuguese.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2011.

Recebido em 02.04.2011

Aceito em 31.08.2011